



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

Fernando Barbosa dos Santos Martins

**Departamento de Recursos Naturais Renováveis:
um estudo da estrutura e das competências da instituição**

Prof. Dr. José de Arimatéa da Silva
Orientador

**Seropédica-RJ
Jul/2010**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA FLORESTAL

Fernando Barbosa dos Santos Martins

**Departamento de Recursos Naturais Renováveis:
um estudo da estrutura e das competências da instituição**

Monografia apresentada ao curso de Engenharia Florestal como requisito parcial para obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. José de Arimatéa da Silva
Orientador

**Seropédica-RJ
Jul/2010**

COMISSÃO EXAMINADORA

APROVADA EM 07/07/2010

Prof. Dr. José de Arimatéa Silva
UFRRJ – IF/DS
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Monteiro de Carvalho
UFRRJ – IF/DPF
Membro

Prof. M.Sc. Ricardo da Silva Pereira
UFRRJ – IF/DS
Membro

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Jesus Cristo que me colocou neste mundo e tem tido misericórdia e compaixão da minha vida, me dando o fôlego de vida e toda sabedoria que vem do alto e que tem me abençoado todos os dias e me feito superar todos os obstáculos.

Em seguida a minha família, minha amada noiva Suelen a qual tem tido carinho, tem sido minha cúmplice de perto e compartilhado das minhas aflições e junto comigo tem triunfado dia após dia.

À minha amada mãe Eva da qual se eu tivesse que vir ao mundo de novo escolheria a mesma mãe novamente, e minha irmã que teve que aprender a superar a falta do irmão, pois somos muito grudados.

Ao Diego Santana que foi companheiro de quarto e acabou se tornando um irmão que ganhei nestes anos que passamos juntos.

Agradeço a minha tia Oneide e todos os meus familiares que me ajudaram nesta longa caminhada.

Agradeço também ao meu orientador que virou mais um amigo, o Prof. José de Arimatéa Silva pela paciência, compreensão, ajuda concedida e pelo conhecimento passado.

Agradeço ao Professor Alexandre Miguel que me apoiou em momentos difíceis da graduação com conselhos preciosos para minha formação.

Agradeço a todos os professores e técnicos pelo conhecimento passado e ajuda que me foi dada.

Agradeço a meus irmãos em Cristo que me ajudaram a superar a falta de minha família muitas vezes me acolhendo como parte da família deles.

E a todos os amigos que fiz nesse tempo em meio a comunidade acadêmica e de Seropédica.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivos: a) analisar o contexto político-institucional em que foi criado e extinto o Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR; b) reconstituir e discutir a finalidade e a estrutura organizacional do DRNR; c) analisar as competências da instituição. Foi feito o levantamento de documentos e atos legais que contextualizaram a criação e extinção desse Departamento. Reconstituiu-se, através do regimento, a sua estrutura organizacional, e analisou-se, com base nesse ato e no de sua criação, as finalidades e competências das unidades administrativas. As principais conclusões foram: existe uma semelhança grande do DRNR com o Ibama, quando este foi criado; o DRNR foi criado no intuito de administrar o conjunto dos recursos naturais renováveis, juntando várias áreas temáticas (solo, água, fauna, e flora); a autarquia do DRNR poderia ter evitado a sua extinção.

Palavras-chave: DRNR, administração florestal, instituição florestal.

ABSTRACT

This study aimed to: a) analyze the political-institutional context in which it was created and abolished the Department of Renewable Natural Resources - DRNR b) reconstruct and discuss the purpose and organizational structure of DRNR c) analyze the competencies of the institution. Survey was conducted of documents and legal acts of that creation and extinction of that Department. Reconstitute themselves through the regiment, its organizational structure, and analyzed based on this act and in its creation, the purposes and powers of administrative units. The main conclusions were: there is a great similarity of DRNR with IBAMA, when it was created, the DRNR was created in order to manage all the renewable natural resources, joining several areas (soil, water, fauna and flora); to turn of the DRNR into autarchy could have prevented their extinction.

Keywords: DRNR, forest administration, forestry institution.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2.OBJETIVOS.....	3
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	4
3.1 Levantamento de dados e informações.....	4
3.2 Procedimentos de análise.....	4
3.2.1 Criação e extinção do DRNR.....	4
3.2.2 Finalidade e estrutura organizacional	4
3.2.3 Competências da instituição	4
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	5
4.1 Contexto político-institucional de criação da instituição	5
4.2 Finalidade e estrutura da instituição	7
4.2.1 Finalidades do DRNR.....	7
4.2.2 Estrutura do DRNR.....	8
4.3 Competências do DRNR.....	11
4.3.1 Divisão de Silvicultura (DS).....	11
4.3.2 Serviço de Defesa da Flora e da Fauna (SDFF).....	13
4.3.3 Jardim Botânico (JB)	14
4.3.4 Agências do DRNR (ARNAR).....	14
4.4 Extinção da instituição.....	15
5. CONCLUSÕES	16
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
ANEXO	18

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Engenheiro Agrônomo-Silvicultor e Docente da UFRRJ David de Azambuja, Coordenador do Grupo de Trabalho.....	5
Figura 2 – Estrutura organizacional do DRNR – organograma elaborado com base no Decreto 52.442/63.....	10

LISTA DE SIGLAS

ADJAR - Administração do Jardim
AR-NAR - Agências do Departamento
AS-DRNR - Seção de Administração
BIJAR - Biblioteca
BIREN - Biblioteca
DRNR - Departamento de Recursos Naturais Renováveis
DS - Divisão de Silvicultura
EFLEX - Estações Florestais de Experimentação
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INM - Instituto Nacional do Mate
INP - Instituto Nacional do Pinho
JB - Jardim Botânico
PARNA - Parques Nacionais
LPF - Laboratório de Produtos Florestais
REBIO - Refúgio Biológico de Soeretama e Linhares
SDFF - Serviço de Defesa da Flora e da Fauna
SEBOS - Seção de Botânica Sistemática
SEBOT - Seção de Botânica Geral
SE-DEV - Seção de Defesa e Vigilância
SE-FLO - Seção de Exploração Florestal
SE-FOM - Seção de Fomento Florestal
SEGEO - Seção de Geobotânica
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente
SEMIE - Seção de Microscopia Eletrônica
SENAT - Seção de Proteção da Natureza
SE-PAR - Seção de Parques Nacionais
SE-PES - Seção de Pesquisas Florestais
SE-PRO - Seção de Produtos Florestais
SETNV - Seção de Investigação
SFBr - Serviço Florestal do Brasil
SUDEPE - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDHEVEA - Superintendência da Borracha
TA-DFD - Turma de Administração
TA-DS - Turma de Administração
TA-JB - Turma de Administração
TA-PARNA - Turmas de Administração
TC - DRNR Turma de Comunicações

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de séculos, desde o descobrimento do Brasil até hoje, o que se observa ao passar dos anos é como essa Terra chamada Brasil tem sido explorada e devastada sem quase nenhum controle.

A despeito disso, diversas ações, tanto de natureza estratégica, quanto tática, deverão ser ainda empreendidas nos próximos anos, para que o país consolide uma posição de liderança no cenário florestal mundial.

Já desde o descobrimento o País começou a perder suas riquezas, dentre as quais as florestas. Mas há algum tempo pode-se observar, desde a independência, tem perdido, além das florestas também mercados.

E o mais impressionante, tem-se perdido para nós mesmos os brasileiros, devido a ganância, a falta de estrutura e devido também a falta de uma política e uma fiscalização competente.

Precisa-se ainda nos dias de hoje se desenvolver, ganhar espaço e mercado. Aumentar as exportações de produtos madeireiros, dentre outros produtos florestais.

O setor florestal é promissor, pois o país detém matéria-prima, e precisa aprender a trabalhá-la com técnicas de qualidade, conquistar espaço no mercado e se tornar definitivamente um país desenvolvido com a participação setorial.

De acordo com Silva (2007), em 2005 o Brasil detinha 4,8 milhões de km² de florestas (12% das mundialmente existentes), colocando-se como o segundo país mais florestado da terra, depois Rússia.

Segundo ainda o mesmo autor, com uma base de recursos que poderá transformá-lo, no curto espaço de uma geração, na maior economia florestal do planeta, o país conquistou espaços importantes nas quatro últimas décadas, conseguindo superar as contingências da globalização e se firmar como respeitável produtor florestal.

Ao longo dos anos o Brasil vem tendo processos evolutivos promovidos pelo governo em busca de uma instituição que possa suprir as necessidades que o país tem em administrar seus recursos naturais.

E todo esse processo começou com a criação da Superintendência da Defesa da Borracha. E essa criação se deu devido uma série de fatos, começando no ano de 1870 quando o gênero Hevea foi introduzido na Ásia, a partir de material genético obtido clandestinamente na Amazônia brasileira.

Segundo Fonseca (1970), citado por Silva (2010), devido a esse extravio de matéria-prima, já no ano de 1900 o Ceilão (atual Sri Lanka) exportava 847 toneladas de produto proveniente de seringais cultivados.

No mesmo ano, relata Silva (2010), 98% da oferta mundial de borracha era proveniente de seringais nativos e o Brasil contribuía com metade dessa quantia no mercado mundial.

Em 1905 o Brasil chegou a contribuir com 60% da oferta mundial, e em 1910 o Brasil passou a contribuir somente com 40% dessa oferta. Devido essa diminuição, o governo Hermes Fonseca lançou em 1912 um plano de defesa econômica da borracha. Em meio ao

plano criou-se uma repartição específica para administrar a situação: a Superintendência de Defesa da Borracha. Era a primeira instituição federal de administração florestal do Brasil. Porém, esses esforços não evitaram a perda brasileira no mercado mundial da borracha e essa instituição foi extinta em 1913 (SILVA, 2010).

Outra instituição também criada antes do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR, objeto desta monografia) foi o Instituto Nacional do Mate.

Na primeira metade do século dezenove a erva-mate era o produto vegetal extrativo mais importante depois da borracha, e até 1928 as exportações do mate cresciam: o período da primeira guerra mundial foi tranqüilo e próspero para este setor. A partir de 1928 as exportações começam a cair, pois o principal comprador brasileiro, a Argentina, começou a produzir seu próprio mate.

Segundo Costa (1989), citado por Silva (2010), o estado do Paraná sempre se destacou na produção brasileira de erva mate, mas em 1930 a economia brasileira do mate começou a entrar em crise, e os produtores tentaram se organizar em cooperativas, iniciativa que não foi bem sucedida.

Em 1938 o governo criou o Instituto Nacional do Mate (INM) com a finalidade de coordenar e superintender os trabalhos relativos a produção, comércio e propaganda do produto. Em 1967 sem obter sucesso de ampliação e desenvolvimento do mercado interno o instituto foi extinto.

Em 1941 o governo criou o Instituto Nacional do Pinho (INP), órgão que atendia os interesses dos produtores, indústrias e exportadores do pinho.

No ano seguinte ao da sua criação o INP foi reorganizado, para atender mais a área de coordenação e superintendência do pinho.

A atuação do INP refletiu-se na produção nacional e o Brasil já produzia em 1947 o triplo do que era produzido em 1930. Essa instituição gerou uma dicotomia que dura até os tempos atuais: preservação versus conservação florestal. E esse instituto foi extinto em 1967, passando a integrar o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

Com relação à situação das florestas, em 1920 o então presidente Epiácio Pessoa revoltado com as devastações observadas em toda parte, chamava atenção do Congresso para que se fossem criadas leis que inibissem o descaso com a natureza e para que houvesse preservação da mesma. Em 1921 o mesmo Presidente Epiácio Pessoa sancionou uma lei criando Serviço Florestal Brasileiro (SFBr), que foi regulamentado quatro anos depois.

Em 1938 o Ministério da Agricultura passou por uma grande reformulação estrutural, e o SFBr foi re-criado, passando então a ser chamado somente Serviço Florestal e a fazer parte do órgão, o Jardim Botânico; era a criatura engolindo o criador, pois este dera origem àquele (SILVA, 2010).

Em 1962, devido uma série de fatos que serão tratados adiante, foi extinto o Serviço Florestal.

No ano de 1958, não diferente de agora, havia uma enorme preocupação com o desmatamento desenfreado e culturas sendo feitas sem os devidos cuidados técnicos, e o uso de muita madeira na época para combustível.

Mas a título de consolo, o Brasil não é o único país a passar por tais circunstâncias, tentando dar soluções aos seus problemas. Países hoje considerados desenvolvidos já passaram por essa fase.

E com base nesse contexto, sobre essa observação, o poder público veio intervir através da reestruturação de órgãos governamentais, criando assim o Departamento de Recursos Naturais Renováveis - DRNR.

Isso foi sugerido em uma reunião estratégica do governo, que será abordada detalhadamente mais adiante.

2.OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho foram:

- ✓ Analisar o contexto político-institucional em que foi criado e extinto o Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR;
- ✓ Reconstituir e discutir a finalidade e a estrutura organizacional do DRNR;
- ✓ Analisar as competências da instituição.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Levantamento de dados e informações

Para que esse trabalho fosse executado foram levantados todos os atos legais (Leis, Decretos e Regulamentos) que deram origem, regulamentaram e extingiram o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR); bem como aqueles que ao longo da sua vida institucional ditaram as atribuições e competências. Os referidos documentos foram baixados dos sítios da Presidência da República (www.presidencia.gov.br), do Senado (www.senado.gov.br) e da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br), bem como do Ministério do Meio Ambiente (www.mma.gov.br).

3.2 Procedimentos de análise

3.2.1 Criação e extinção do DRNR

Foram realizadas análises do contexto-político brasileiro na época de criação do órgão, de como se encontrava o novo departamento dentro do contexto político brasileiro, e quais eram as competências e atribuições perante a sociedade na situação em que o país passava no momento da criação e extinção do DRNR.

3.2.2 Finalidade e estrutura organizacional

Foram citadas e analisadas as finalidades do departamento, correlacionado-as com os serviços prestados hoje, e também com base no regimento baixado pelo Decreto nº 52.442, de 3 de setembro de 1963, foram analisados departamentos e seções que compuseram a estrutura do DRNR e como esta funcionava.

3.2.3 Competências da instituição

Foi feito um estudo através de leituras detalhadas e minuciosas sobre o Departamento com base no regimento aprovado pelo Decreto nº 52.442/63, procurando-se se situar na época e analisar as competências e atribuições.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contexto político-institucional de criação da instituição

Devido a situação em que se encontrava o território brasileiro, no tocante à grande devastação e varredura desordenada que existia no Brasil na época de 1958, foi constituído, por recomendação do Presidente da República, um Grupo de Trabalho Especial para elaborar um diagnóstico da situação florestal do País e propor soluções aos problemas. O Ministro da Agricultura, Dr. Mario Meneghetti, em portaria de 8 de setembro de 1958, convocou o grupo para realizar a tarefa e elaborar um plano que tratasse da recuperação das áreas degradadas, reflorestamento e melhorias técnicas na utilização dos recursos florestais.

No dia 16 de setembro daquele ano, após oito dias de debates, na sede do Parque Nacional do Itatiaia, o Grupo, presidido pelo Engenheiro agrônomo-silvicultor David Azambuja (Figura 1), à época Diretor do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, concluiu o seu relatório. Era secretário o naturalista Arthur de Miranda Bastos, Chefe do Setor de Inventários Florestais, e os outros integrantes eram os agrônomos Wanderbilt Duarte de Barros, Diretor Geral do Departamento da Produção Vegetal do Ministério; Victor Abdennur Farah, do Serviço Florestal e Presidente do Conselho Florestal Federal; Armando Navarro Sampaio, Chefe do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e Laércio Osse, Chefe do serviço Florestal da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.

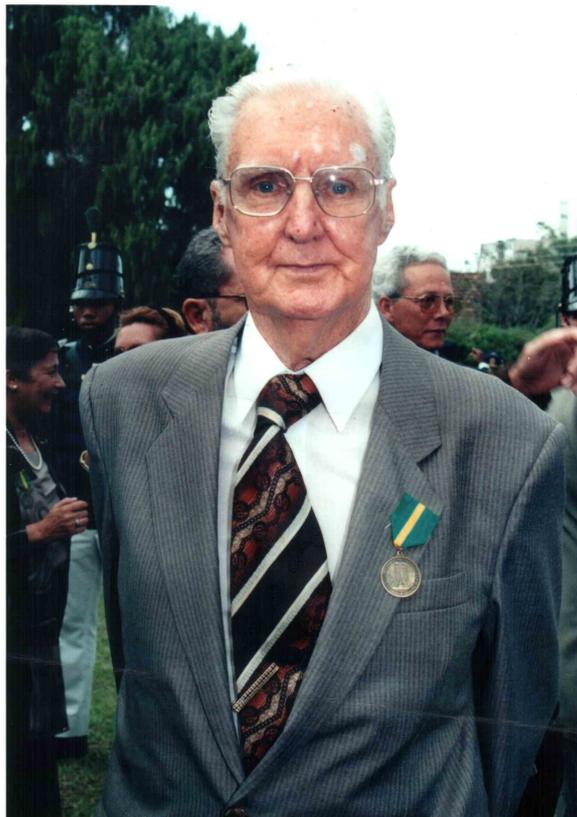


Figura 1 – Engenheiro Agrônomo-Silvicultor e Docente da UFRRJ David de Azambuja, Coordenador do Grupo de Trabalho.

O grupo fez uma análise do momento florestal do Brasil e expôs vários motivos, dentre eles (ANUÁRIO, 1959):

- a) Devastação sistemática e progressiva ao longo de um período quadricentenário;
- b) O grande ataque aos recursos florestais em virtude do desenvolvimento econômico do país;
- c) Quatro quintos da energia eram provenientes da lenha;
- d) Devastação em virtude do progresso da agricultura e pecuária;
- e) O país vive a incinerar o futuro se referindo à lenha utilizada para energia;
- f) Várias nações mais desenvolvidas já passaram pelo momento ruim por que passa o Brasil;
- g) As nações que não atentaram para isso e mudaram de vez foram desaparecendo e perdendo poder no mercado;
- h) A grande solução seria repor o material consumido e produzir um volume maior;
- i) O Brasil não tinha o costume de plantar florestas, exceto o estado de São Paulo e áreas isoladas de Minas Gerais e Paraná;
- j) Necessidades práticas racionais de administração da fonte de riqueza em questão;
- l) Há mais de quatro séculos a madeira produz preciosas divisas cambiais para o bem-estar comum dos brasileiros.

Esses motivos demonstram a preocupação com as florestas desmatadas, o interesse do governo pelo reflorestamento e a sua preocupação em melhorar o aproveitamento das terras evitando a perda de mercado e melhoria das técnicas de manejo florestal.

O Grupo recomendou então as seguintes providências (ANUÁRIO, 1959):

- a) Criação de uma Escola Nacional de Florestas;
- b) Criação de um Fundo Florestal;
- c) Criação de Reservas Florestais e Parques Nacionais;
- d) Criação de Estações Experimentais de Florestais;
- e) Criação de um órgão federal de coordenação dos trabalhos de natureza Florestal (Futuro DRNR);
- f) Reestruturação do Serviço Florestal e ampliação do seu quadro, inclusive da polícia florestal;
- g) Providências legislativas;
- h) Providências financeiras;
- i) Descentralização executiva para a esfera municipal e centralização normativa para o órgão competente federal, das atividades florestais.

E por fim, importa lembrar que já na época esse mesmo grupo sugeriu a criação de um ministério de florestas e águas, proposição esta em discussão ainda hoje e não efetuada.

Devido os problemas terem aumentado e à evolução da ciência agrônômica, a vigente organização do ministério da agricultura não conseguia, na época, resolver os problemas.

Também vale ressaltar que muitos problemas ambientais estavam diretamente interligados, e evidenciavam-se falhas no entrosamento entre os departamentos do Ministério. Com base nisto propôs-se também a junção deles em um só departamento.

No entendimento dos membros do Grupo, floresta, caça, pesca fluvial, águas e outros estavam interligados e não deveriam ser tratados isoladamente, por se constituírem em

elementos que a ciência chama de Recursos Naturais Renováveis; daí viria o futuro nome do Departamento.

O entrosamento ou junção de várias áreas afetas ao Ministério em uma só estrutura era uma idéia que recebia apoio dos representantes das instituições que compuseram o Grupo de Trabalho. Essa junção teria como objetivo evitar assim a dispersão de esforços e coibir ação dos devastadores.

Com base no exposto, foi então criado o DRNR em 1962, pela Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962. No dia 3 de setembro de 1963 o Presidente da República assinou o Decreto nº 52.442, aprovando o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura (BRASIL, 1962; BRASIL, 1963).

Vale lembrar que o Ministério do Meio Ambiente seria criado trinta anos mais tarde, em novembro de 1992, após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro em julho do mesmo ano.

4.2 Finalidade e estrutura da instituição

4.2.1 Finalidades do DRNR

O Decreto que regulamentou o Departamento de Recursos Naturais Renováveis estabelecia as seguintes finalidades para a instituição (BRASIL, 1963):

- ✓ Planejar, promover e realizar estudos, pesquisas e fomento, visando a preservação do solo, da água, da flora e da fauna, para fins florestais;
- ✓ Prestar assistência técnica, visando ao melhor uso dos recursos naturais;
- ✓ Promover o adequado uso das terras, objetivando o aproveitamento econômico dos bens naturais;
- ✓ Promover medidas visando o estímulo do florestamento e do reflorestamento com fins econômicos e ecológicos;
- ✓ Promover a defesa, a vigilância e a fiscalização de qualquer forma de vegetação e da fauna silvestres, visando à sua conservação e preservação e ao desenvolvimento do seu uso, em função dos Códigos Florestal e de Caça;
- ✓ Colaborar nas pesquisas, no ensino e no treinamento, visando ao melhor conhecimento dos recursos naturais, seu aproveitamento econômico, sua preservação, bem como à formação de pessoal especializado;
- ✓ Colaborar na fiscalização das expedições científicas e técnicas, nacionais ou não, organizadas para estudo da natureza;

- ✓ Colaborar na seleção das terras destinadas à execução de planos de colonização e de recolonização, inclusive de reforma agrária, que afetem o destino das florestas ou de terra florestáveis bem como dos recursos naturais em geral.

Verifica-se que as finalidades do DRNR eram promover a fomentação dos recursos florestais, realizar estudos sobre manejo de bacias hidrográficas, processamento mecânico e melhorias na industrialização da madeira, assim como a realização de inventários nacionais, de modo a proporcionar conhecimento da morfologia, sistemática e anatomia da flora, bem como melhores técnicas de manejo silviculturais.

Visava ainda a preservação da fauna tanto terrestre quanto aquática e também a conservação e estudo dos recursos naturais. Reter o desmatamento desenfreado das matas, atuar com mais pulso investindo esforços na fiscalização e promover medidas que incentivassem o reflorestamento, e investir mais em estudos e pesquisas científicas nesta área, para que o manejo dos recursos obtivesse uma melhora considerável.

4.2.2 Estrutura do DRNR

O Decreto nº 52.442, de 3 de setembro de 1963, assinado pelo presidente João Goulart, aprovou o regimento do DRNR, cuja estrutura organizacional é detalhada na Figura 2.

Quando aprovado o regimento do DRNR, foi estabelecida a estrutura do órgão, cujo organograma, reconstituído a partir do Decreto que a instituiu, é apresentado na figura 2.

Um Conselho de Diretores, formado pelo diretor geral e dois outros dirigentes, que juntos decidiam todas as medidas a serem tomadas no DRNR; além do Conselho, o Departamento tinha um Diretor Geral (Figura 2).

Havia uma Seção de Administração Geral, responsável por passar todas as informações através de relatórios gerados para esse conselho.

Logo em seguida, como principal coluna vertebral do Departamento, havia a Divisão de Silvicultura, o Setor de Telecomunicação Geral, o Serviço de Defesa de Flora e Fauna, o Jardim Botânico e, por fim, as Agências Regionais, todos no mesmo nível hierárquico.

Essas estruturas possuíam seções, com exceção do Setor de Telecomunicações Geral, mostrando assim uma grande divisão de tarefas e organização da instituição, a qual será detalhada adiante. As Seções ligadas a Divisão de Silvicultura eram: Pesquisas Florestais, Exploração Florestal, Produtos Florestais, Fomento Florestal e uma Turma de Administração específica da Silvicultura. As Seções ligadas ao Serviço de Defesa de Flora e Fauna eram: Investigação, Parques Nacionais, Proteção da Natureza, Defesa e Vigilância, e também uma Turma de Administração específica do Serviço. Do Jardim Botânico, eram as seguintes as Seções: Botânica Geral, Botânica Sistemática, Microscopia Eletrônica, Geobotânica, e a respectiva Turma de Administração do próprio Jardim, além de sua própria Biblioteca. Por fim, as Agências Regionais tinham as seguintes Seções: Parques Nacionais, Estações Florestais de Experimentação, e Refúgio Biológico e a Turma de Administração dos próprios Parques.

Um comparativo do DRNR com o Serviço Florestal, que o antecedeu, estudado por Castro Fonseca (2009), revela uma semelhança, que é o Conselho Diretor, que em ambos os casos era constituído do Diretor Geral e dos demais dirigentes da instituição.

Muita coisa com relação à estrutura do SFBr foi aproveitada pelo DRNR, só que devido a revolução verde que ocorreu nos anos de 1950 - processo em que houve incentivos e novas tecnologias vindas de outros países para o Brasil estimulando o aumento da produção agrícola e com isso seu crescimento atual – a instituição SFBr foi ficando ultrapassada (CASTRO FONSECA, 2009). O DRNR juntava várias áreas temáticas: solo, flora, fauna e recursos hídricos; o Jardim Botânico que veio do SFBr, fortaleceu-se, e ganhou as seções de: Botânica Geral (SEBOT); Botânica Sistemática (SEBOS); Microscopia Eletrônica (SEMIE); Geobotânica (SEGEO).

Completavam a estrutura do Jardim Botânico a Turma de Administração e a Biblioteca.

Foi criado um Departamento de Silvicultura, que no passado fez parte do Jardim Botânico no antigo Serviço Florestal. Esta área (silvicultura) cresceu, tornando-se agora impossível englobá-la no Jardim Botânico.

Esse Departamento herdou do Serviço Florestal as seções de Fomento e de Pesquisas Florestais e ganhou mais duas seções, a de Exploração Florestal (SE-FLO) e a de Produtos Florestais (SE-PRO), além de uma própria Turma de Administração (TA-DS).

A seção de Defesa do SFBr foi transformada no Serviço Defesa (Flora e Fauna), que além da flora incorporou também a fauna, devido à junção e ampliação das estruturas. Este Serviço ficou então constituído de quatro seções: Investigação (SETNV); Parques Nacionais (SE-PAR); Proteção da Natureza (SE-NAT); Defesa e Vigilância (SE-DEV), além de ter sua própria turma de administração (TA-DFF). Como se pode ver essa Seção de Proteção da Natureza era um departamento no SFBr e virou no DRNR uma seção do Departamento de Defesa, que também foi aproveitado pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis.

Foram criadas ainda no DRNR as Agências, que incorporam os Parques Nacionais, anteriormente um departamento no SFBr; às Agências ficaram subordinadas também os Refúgios Biológicos e as Estações Florestais de Experimentação.

O Conselho Técnico Administrativo (CTA) foi substituído pelo Departamento de Telecomunicações pela Administração Geral do DRNR, só que esses dois departamentos eram responsáveis por receber e gerar relatórios e não por controlar transporte, almoxarifado e oficina como fazia o CTA do SFBr.

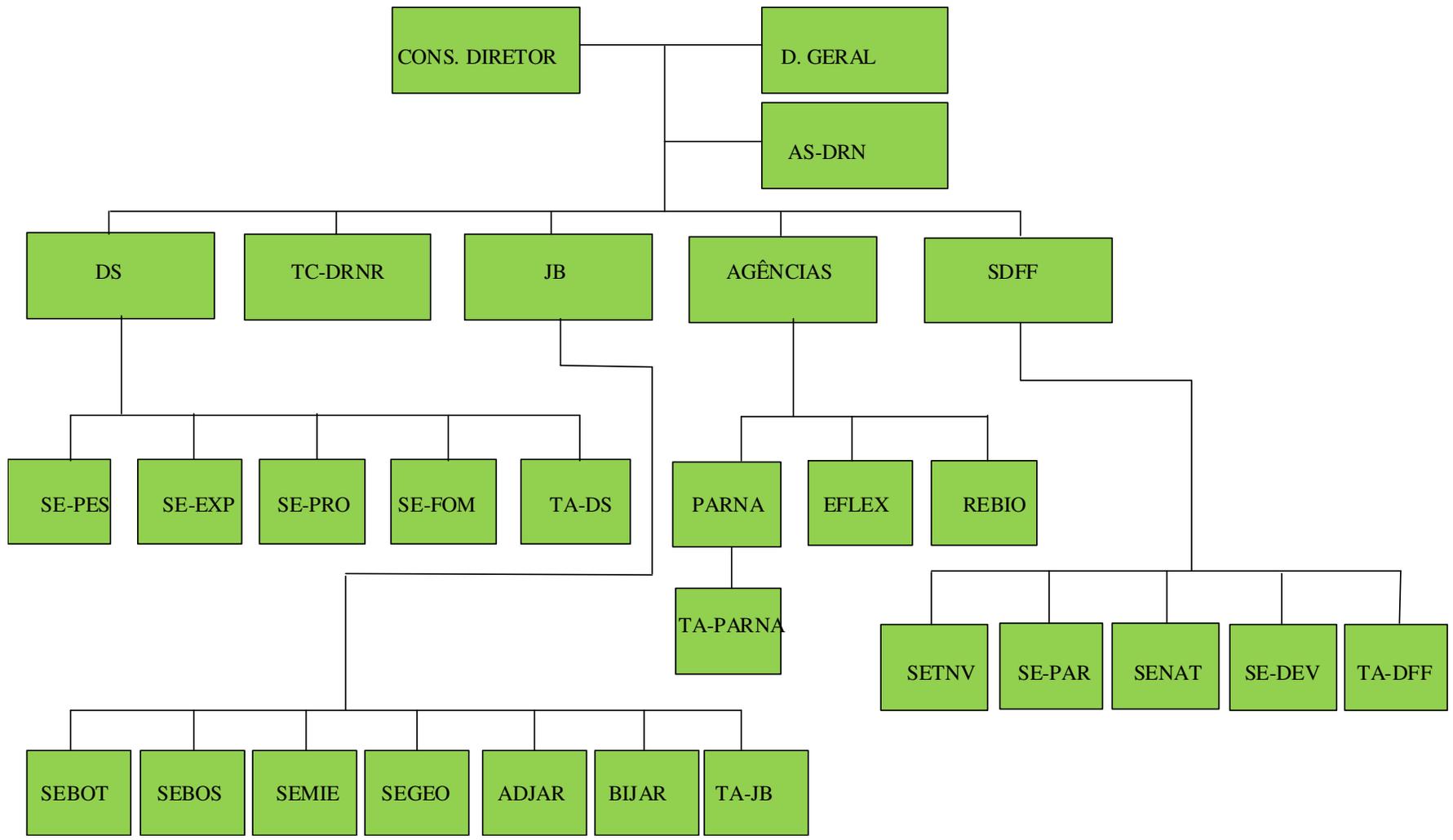


Figura 2 – Estrutura organizacional do DRNR – organograma elaborado com base no Decreto 52.442/63

Cada estrutura finalística do DRNR era responsável por gerar tecnologia e pela sua própria administração.

Fazendo um olhar para o futuro, assim como o DRNR, o Ibama - que seria criado em 1989 - surgiu através da junção de instituições. No presente caso foram unidos o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal IBDF, Sudhevea, Sema e Sudepe.

Já o IBDF foi criado com os mesmos intuitos do DRNR, só que com estrutura diferente, porém mais uma vez enfatizando a utilização racional, proteção e conservação das florestas brasileiras.

Também correlacionando o DRNR com o IBDF, este era uma organização mais maleável, pelo fato de ser uma autarquia, enquanto que aquele integrava a administração direta. O IBDF tinha uma estrutura diferente, e contava, na origem, com pessoal oriundo de vários ministérios: Indústria e do Comércio (Sudhevea); Interior (Sema), além, é claro, do Ministério da Agricultura (DRNR e Sudepe).

Semelhante ao DRNR o IBAMA também manteve um Conselho Diretor, composto pelo presidente e seus diretores, ou seja, mudou-se a nomenclatura, mas manteve-se a estrutura.

Só que diferente do DRNR, que era um órgão integrante da estrutura do Ministério da Agricultura, o IBAMA nasceu como uma autarquia, vinculada ao Ministério do Interior, sendo mais tarde transferido para o Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Verificando-se o trabalho de Sátyro (2007), percebe-se que a estrutura do IBAMA, no momento da sua criação, também era muito parecida com a do DRNR, que recebeu inclusive no nome Recursos Naturais Renováveis. As Agências do DRNR viraram no Ibama Superintendências, de modo a atender os estados. Ou seja, muda-se o nome, mas a função é a mesma. Os órgãos consultivos do IBAMA eram todos os que haviam no DRNR, a diferença era serem mais detalhados e específicos.

4.3 Competências do DRNR

Uma leitura interpretativa das competências do Departamento é feita a seguir, detalhando-se aquelas referentes às Divisões finalísticas da instituição, e respectivas Seções. Essa leitura é realizada com base no disposto no Anexo, que detalha as competências de cada componente da estrutura do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, segundo o regimento aprovado pelo Decreto 52.442/63.

4.3.1 Divisão de Silvicultura (DS)

Competia à DS o planejamento, promoção e execução e/ou controle de: pesquisas florestais, exploração, fomento, assistência técnica e extensão florestal; criação de Florestas Nacionais; melhoria do uso da terra; colaborar nos planos de colonização e reforma agrária.

Essas competências, por sua vez, estendiam-se de forma mais detalhada às Seções da Divisão de Silvicultura, competências estas que são também a seguir sumarizadas.

I. Seção de Pesquisas Florestais (SEPES)

Realizar e promover o estudo científico de fins silviculturais em todo território brasileiro, informar sobre as pesquisas realizadas nas Estações Florestais de Experimentação, divulgar estudo sobre incidências de incêndios, doenças e pragas e compor mapa de florestas promovendo maior conhecimento das mesmas. Além dessas competências, a Seção de Pesquisas era ainda incumbida de promover o levantamento aerofotogramétrico das áreas florestais em todo o país, e elaborar o mapeamento dessas áreas.

II. A Seção de Exploração Florestal (SEFLO)

Orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos de florestamento e reflorestamento das Florestas Nacionais; além de estabelecer os planos de exploração, os contratos e os inventários dessas áreas.

Era incumbida também a SEFLO de cooperar na elaboração de planos de manejo para produtores particulares, incentivando assim as práticas de reflorestamento no território nacional.

E, tudo que se referisse à fauna e FLONAS era de competência também desta Seção.

III. Seção de Produtos Florestais (SEPRO)

À SEPRO competia realizar estudos na área de tecnologia da madeira, envolvendo anatomia, usos, espécies nativas, características físicas, mecânicas e químicas, armazenagem, secagem e preservação da madeira, assim como as distintas etapas de processamento mecânico da madeira. E cooperar com entidades públicas e privadas no aproveitamento de madeira, visando promover as melhores tecnologias de processamento, industrialização e secagem.

Pode-se por analogia inferir que esta seção do DRNR constituir-se-ia no embrião do Laboratório de Produtos Florestais (LPF), criado no IBDF, incorporado ao Ibama e atualmente integrando a estrutura do atual Serviço Florestal Brasileiro.

IV. Seção de Fomento Florestal (SEFOM)

Era competência da SEFOM planejar, executar e controlar tudo que fosse ligado ao fomento florestal, prestar assistência técnica aos silvicultores, fazer o marketing do setor florestal, proporcionar melhorias em relação à criação de peixes em águas pluviais e lacustres, e em relação ao solo, orientar sobre a criação de animais silvestres. Competia também à Seção promover a produção de sementes e mudas de essências florestais, através dos órgãos locais especializados, quer diretamente quer através de cooperação, assim como planejar e promover a instalação de Postos Florestais Permanentes.

Um olhar profissional sobre as quatro seções da Divisão de Silvicultura revela que a Seção de Pesquisas (SEPES) voltava-se para a experimentação em campo, através das Estações Florestais de Experimentação; a Seção de Exploração Florestal (SEFLO) cuidava das áreas públicas (FLONAS); a Seção de Produtos Florestais (SEPRO) estava encarregada das pesquisas tecnológicas, predominantemente, portanto, de laboratório. Por sua vez, a Seção de Fomento Florestal (SEFOM) tinha a competência de promover o fomento, incorporando e transferindo ao produtor privado os conhecimentos e tecnologias gerados nas

demais Seções. A Divisão de Silvicultura, no seu conjunto, era, na prática responsável pela área de desenvolvimento florestal.

4.3.2 Serviço de Defesa da Flora e da Fauna (SDFF)

Esse Serviço tinha a competência de realizar pesquisas ecológicas, de flora, fauna, solo e água criar e gerir as florestas públicas de proteção (Parques Nacionais, Reservas Biológicas e Florestas Protetoras) e demais de áreas de preservação. Competia-lhe também a defesa, vigilância e fiscalização da flora e da fauna, fazendo valer a legislação vigente.

A seguir resume-se as competências das Seções do Serviço.

I. Seção de Investigações (SEINV)

Estudar a flora, a fauna indígena, relação entre os vegetais e animais silvestres, fauna e flora aquática, para que através desse estudo possa saber como se portar diante dos recursos naturais gerando um melhor manejo de flora, fauna e do meio ambiente, liberar essas informações para o Jardim Botânico.

II. Seção de Parques Nacionais (SEPAR)

Promover melhoramento no sistema de Parques Nacionais, legalizar as áreas dos Parques, informar e fazer propaganda das atitudes realizadas nos parques incentivando o turismo. Tinha, em suma, a competência para fazer a administração dessa categoria de unidade conservação.

III. Seção de Proteção da Natureza (SENAT)

Baixar normas que visam à proteção das Reservas Biológicas, procurando perpetuar a fauna, flora, solos e águas, promover estudos de espécies ameaçadas de extinção, promover encontros do corpo técnico das reservas melhorando assim o conhecimento através da troca de experiência e baixar normas de combate aos incêndios.

IV. Seção de Defesa e Vigilância (SEDEV)

Era competência da SEDEV fazer cumprir a legislação relativa à flora e fauna; defender a flora e fauna, combater incêndios e punir os responsáveis através dos regulamentos, vigiar também a área de caça e pesca e fiscalizar o comércio de animais. Orientar e coordenar as atividades de proteção, de um modo geral, era também competência da Seção.

Um resumo apertado permite inferir que ao Serviço de Defesa da Flora e Fauna estava afeta toda a área de preservação, pública e privada, e gestão das unidades de conservação de proteção (atualmente enquadradas como de Proteção Integral).

A Seção de Investigação era incumbida de realizar pesquisas de recursos naturais renováveis; a Seção de Parques Nacionais, de administrar essas unidades, e coordenar todas as atividades afetas a essas categoria; a Seção de Proteção da Natureza responsabilizava-se pelas Reservas Biológicas e demais áreas de proteção integral; e, finalmente, a Seção de Defesa e

Vigilância realizava as atividades expressas de defesa da flora e fauna e prevenção de incêndios.

4.3.3 Jardim Botânico (JB)

Tinha o Jardim Botânico a competência de realizar estudos e pesquisas nos vários setores da Botânica, estudando a morfologia, sistemática e dendrologia dos vegetais nativos e que foram introduzidos em nosso território, bem como mantendo herbarários, xilotecas e carpotecas, visando a organização do Museu Botânico. Tinha, na prática, a função de apoiar e assistir, através dos resultados de seus estudos e de suas pesquisas, os trabalhos da Divisão de Silvicultura e do Serviço de Defesa da Flora e Fauna.

I. Seção de Botânica Geral (SEBOT)

Competia a esta Seção estudar a anatomia, citologia das plantas, identificar microscopicamente, mantendo coleções de madeiras e preparações histológicas, cooperando com a geologia no estudo dos vegetais fósseis.

II. Seção de Botânica Sistemática (SEBOS)

À SEBOS competia estudar as características morfológicas e distribuição geográfica da flora, determinar os tipos de padrões de vegetação e coletar material necessário ao Jardim Botânico.

III. Seção de Microscopia Eletrônica (SEMIE)

A SEMIE tinha a competência de estudar a subestrutura dos vegetais e realizar outras pesquisas que envolvessem a utilização de equipamento eletrônico, com ênfase ao estudo da subestrutura do protoplasma e da parede celular.

IV. Seção de Geobotânica (SEGEO)

Esta Seção estava encarregada de estudar a fisiologia e ecologia das plantas, bem como apreciar as condições ecológicas próprias da vegetação brasileira. Pesquisar espécies nativas dignas de interesse. E, por fim, promover e orientar a coleta do material necessário às suas investigações.

4.3.4 Agências do DRNR (ARNAR)

Era competência das Agências Regionais fazer cumprir as instruções do Diretor-Geral do DRNR, assim como executar, promover e coordenar os trabalhos que lhes fossem incumbidos.

Competia-lhe também supervisionar os Parques Nacionais, Refúgios Biológicos, Estações Florestais de Experimentação, obedecendo às orientações técnicas emanadas das áreas da administração central. Incumbia-lhe, ainda, ter sementeiras e criar viveiros que auxiliem na arborização das cidades.

I. Parques Nacionais (PARNA), subordinados ao SDFP

Competia, dentre outras, aos Parques Nacionais: estudar as ciências naturais da região em que se encontra, conservar flora, fauna e geologia de suas áreas e elaborar um plano de manejo do Parque.

II. Estações Florestais de Experimentação (EFLEX)

Por sua vez, às EFLEX competia, prestar assistência técnica aos silvicultores regionais, estudar as florestas como um todo, desde época de colheita de sementes, com produção de mudas para os interessados, até causas de incêndios florestais e zonas de menor ocorrência.

III. Refúgio Biológico de Soeretama e Linhares (REBIO)

E, finalmente, competia aos Refúgios Biológicos conservar fauna e flora regional e também a formação geológica.

E, complementarmente, colaborar nos estudos de criação de animais silvestres, doenças da fauna aquática, vedar a introdução de espécies estranhas à região, e organizar mostruários.

Finalizando, as Agências Regionais, eram, na prática, as unidades administrativas desconcentradas do Departamento de Recursos Naturais Renováveis.

4.4 Extinção da instituição

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis foi extinto em 1967, pelo Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967, para criação de uma nova instituição: o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (BRASIL, 1967).

Os fatores que influenciaram na extinção do DRNR foram:

- A revisão do Código Florestal de 1934, que resultou no novo Código Florestal, de 1965;
- A lei dos incentivos fiscais (1966);
- O fato de o DRNR pertencer à administração direta;
- O poder era muito centralizado e burocrático;
- A grande reforma do Estado pelo Decreto-Lei 200/67;
- E por fim o fator de extinção mais marcante foi à mudança do regime presidencialista para o regime militar.

A administração do DRNR era uma administração pública direta, burocratizada, e, portanto, era muito difícil de se trabalhar daquela maneira. Tudo tinha que passar pela avaliação do alto escalão e receber aprovação para funcionar. Por exemplo, até mesmo uma viagem que um técnico fosse fazer com fins científicos dependia de autorização superior, o que dificultava muito as ações no Departamento.

5. CONCLUSÕES

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis foi criado como um órgão da administração direta, o que dificultava e tornava demoradas as suas ações e atuação.

O Departamento foi extinto em decorrência de vários acontecimentos, dentre eles a revisão do Código Florestal de 1965, do surgimento do programa de reflorestamento, assim como a mudança do regime parlamentar para um regime militar.

As finalidades do Serviço Florestal, do DRNR, do IBDF e do Ibama eram praticamente as mesmas, evidenciando-se sempre a luta contra o desmatamento, a preservação do meio ambiente, a incorporação de novas tecnologias, e incentivo à prática do reflorestamento – com menor ênfase para este último item no caso do Ibama.

Já quando se trata da estrutura organizacional o DRNR era muito bem estruturado e tinha uma composição bem detalhada e pensada, fruto de um ótimo trabalho executado pelo grupo que esteve no Parque Nacional de Itatiaia, e presidido pelo Agrônomo-silvicultor David de Azambuja.

O Departamento teve suas competências bem definidas e esclarecidas no regimento do mesmo e sempre com objetivos muito claros.

As repartições tinham em comum como competência a geração de novas tecnologias, o desenvolvimento de pesquisas e a proteção do meio ambiente.

Pode-se concluir que foi um retrocesso extinguir a estrutura do DRNR, pois a do Ibama, surgido 22 anos mais tarde, assemelhava-se à do DRNR no tocante ao alcance das competências.

E, finalmente, conclui-se que o que deveriam ter feito seria altarquizar o DRNR e não extinguí-lo como fizeram.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO. Política florestal brasileira: programa apresentado pelo Ministro da Agricultura ao Presidente da República em setembro de 1958. Anuário Brasileiro de Economia Florestal: Rio de Janeiro, 1959, ano 11, n. 11, p. 93-108.

BRASIL. Lei Delegada nº 9, de 11 de outubro de 1962. Reorganiza o Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

_____. Decreto nº 52.442, de 3 de setembro de 1963. Aprova o Regimento do Departamento de Recursos Naturais Renováveis do Ministério da Agricultura. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

_____. Decreto-lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

CASTRO FONSECA, André Luis de. Do Serviço Florestal do Brasil (SFBr) de 1921 ao Serviço Florestal Brasileiro (SFB) de 2006. Seropédica: UFRRJ, 2009. 24 p. (Monografia de conclusão do Curso de Engenharia Florestal).

SÁTYRO, Péricles Bondim. Surgimento, evolução e divisão do Ibama. Seropédica: UFRRJ, 2007. 24 p. (Monografia de conclusão do Curso de Engenharia Florestal).

SILVA, Jose Arimatéa. O IBAMA e seus sucessores e antecessores: evolução institucional da administração florestal federal brasileira. 2010. (No prelo).

_____. Ações de Estado de médio e longo prazos para o setor florestal. Revista Opiniões, set-nov, 2007.

ANEXO

Competências das unidades estruturais do Departamento de Recursos Naturais Renováveis, segundo o regimento aprovado pelo Decreto nº 52.442, de 3 de setembro de 1963.

Do Conselho de Diretores (CD):

- ✓ Elaborar, sob critério prioritários e periódico, a curto e a longo prazo, planos e programas do DRNR;
- ✓ Discutir os programas anuais de trabalho para execução parcial do plano geral, discriminando a parte relativa ao órgão integrantes do Departamento;
- ✓ Acompanhar, coordenar, fiscalizar e avaliar a execução do programas de trabalho, sugerindo providências no sentido de melhor aproveitamento;
- ✓ Discutir a proposta orçamentária do DRNR;
- ✓ Sugerir ao Diretor-Geral a vinda de técnicos estrangeiros de reconhecido valor, para o fim de realizarem palestra e cursos sobre assuntos florestais e botânicos.

A Divisão de Silvicultura (DS) compete:

- ✓ Planejar, promover e realizar estudos: efetuar pesquisas florestais e tecnológicas, bem como investigações de vegetação, visando à utilização econômica dos produtos florestais e da fauna;
- ✓ Promover a melhor utilização das terras, visando ao uso múltiplo da floresta;
- ✓ Planejar, promover e controlar exploração florestal, visando à industrialização e ao comércio dos produtos e subprodutos, da vegetação e da fauna;
- ✓ Planejar e promover a criação de Florestas Nacionais destinadas à exploração dos recursos florestais, bem como à proteção dos mananciais e à recreação pública;
- ✓ Planejar promover a execução e controlar a medidas de assistência técnica, fomento e extensão florestal;
- ✓ Colaborar na seleção das terras destinadas à execução de planos de colonização, de recolonização e de reforma agrária que afetem o destino das florestas ou das terras florestáveis.

A Seção de Pesquisas Florestais (SEPES) compete:

- ✓ Orientar, coordenar e fiscalizar as pesquisas e trabalhos de silvicultura realizados nas Estações Florestais de Experimentação;
- ✓ Analisar os programas anuais de pesquisas apresentados pelas Estações Florestais de Experimentação;
- ✓ Instalar pequenas áreas de experimentação em vários pontos do país;
- ✓ Manter documentários informativo das pesquisas e trabalhos de silvicultura realizados nas Estações Florestais de Experimentação;
- ✓ Manter documentário informativo sobre doenças, pragas e incêndios florestais, inclusive sobre os métodos de combate mais indicados;
- ✓ Investigar e avaliar as causas dos incêndios florestais, os prejuízos ocasionados e os meios de evitá-los e combatê-los, divulgando os resultados obtidos;
- ✓ Promover o levantamento aerofotogramétrico das áreas florestais do país, procedendo à foto-análise respectiva;

- ✓ Elaborar mapas das áreas florestais nacionais;
- ✓ Classificar, segundo sua função, as áreas florestais nacionais;
- ✓ Cadastrar as áreas florestais de importância econômica;
- ✓ Determinar para cada região do país, tendo em vista o resultado das pesquisas efetuadas pelas Estações Florestais de Experimentação, quais as ferramentas e maquinarias mais indicadas para os diversos trabalhos florestais, bem como o seu rendimento;
- ✓ Propor contratos e acordos de cooperação com instituições oficiais ou particulares, visando à realização de pesquisas de silvicultura.

A Seção de Exploração Florestal (SEFLO) compete:

- ✓ Orientar, coordenar e fiscalizar os trabalhos de florestamento, reflorestamento ou ordenamento florestal nas Florestas Nacionais, mantendo o respectivo documentário informativo;
- ✓ Embora, planos a logo prazo para sua exploração das florestas públicas e privadas;
- ✓ Providenciar abertura de concorrências para exploração das Florestas Nacionais, de acordo com plano geral aprovado;
- ✓ Cooperar na elaboração de planos para exploração das florestas particulares que visem fins comerciais e industriais diversos;
- ✓ Delimita as áreas para caça e pesca nas florestas nacionais e elaborar as respectivas instruções, para aprovação pelo Diretor-Geral;
- ✓ Manter, através, das Florestas Nacionais sementeiras ou viveiros destinados à produção de mudas para uso das mesmas;
- ✓ Promover a colaboração das Florestas Nacionais com as Estações Florestais de Experimentação, visando obter orientação técnica para a melhor utilização dos recursos naturais e para trabalhos de florestamento e reflorestamento;
- ✓ Promover o estudo e o desenvolvimento da criação, à solta, de animais indígenas nas Florestas Nacionais, bem como o povoamento dos rios e lagos existentes nas mesmas;
- ✓ Estabelecer as áreas anuais de corte e o sistema de exploração a ser adotado nas Florestas Nacionais;
- ✓ Manter cadastro informativo das disponibilidades madeireiras de cada talhão das Florestas Nacionais.

À Seção de Produtos Florestais (SEPRO) compete:

- ✓ Realizar trabalhos de anatomia, identificação e determinação das essências florestais;
- ✓ Estudar as madeiras nativas, visando ao seu emprego na fabricação de papel de celulose;
- ✓ Pesquisar com finalidade econômica, os conteúdos celulares (resinas, gomas etc. das diversas essências florestais nativas e exóticas, aclimatadas no país);
- ✓ Determinar as características mecânicas, físicas e químicas das madeiras, incluindo estudo de suas propriedades gerais;
- ✓ Manter coleções de amostras de madeiras e de suas preparações histológicas;
- ✓ Estudar, inclusive em cooperação com entidades públicas ou particulares, as aplicações indústrias de madeiras e de outros produtos e subprodutos florestais, organizando, para esse fim registros de suas propriedades e aplicações mais importantes, sob o ponto de vista econômico e industrial;
- ✓ Estudar o preparo de laminados e compensados, bem como suas características técnicas, inclusive colagem e secagem;

- ✓ Colaborar com os órgãos competentes na elaboração de regras de armazenagem, classificação e padronização de produtos e subprodutos florestais;
- ✓ Estudar e demonstrar processos de secagem e preservação de madeiras, visando à obtenção de normas adaptadas ao meio brasileiro e à orientação da indústria respectiva, mantendo, para tanto, usinas-pilôto;
- ✓ Estabelecer normas de pesquisas tecnológicas a serem adotadas pelas Estações Florestais de Experimentação.

À Seção de Fomento Florestal (SEFOM) compete:

- ✓ Planejar programas, executar e controlar toda e qualquer medida que, direta ou indiretamente se relacionem o fomento do uso dos recursos florestais;
- ✓ Divulgar em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola ou outras organizações, métodos e processos econômicos de combate às pragas e doenças nas essências florestais que ocorrem no país;
- ✓ Baixar normas e prestar assistência técnica aos silvicultores;
- ✓ Determinar quais as glebas de terras pertencentes aos Poderes Públicos ou a particulares que devam ser obtidas para constituição de florestas nacionais;
- ✓ Realizar a propaganda da utilidade das florestas nacionais visando ao melhor conhecimento das mesmas e incrementando o recreativismo;
- ✓ Difundir processos e métodos que visem ao melhoramento da criação de peixes em águas pluviais e lacustres;
- ✓ Estudar e difundir técnicas de conservação do solo florestal;
- ✓ Promover a produção de sementes e mudas de espécies florestais através dos órgãos locais especializados, diretamente ou em regime de cooperação;
- ✓ Planejar e promover instalação de Postos Florestais Permanentes;
- ✓ Promover e orientar a criação de animais silvestres, à solta, em cativeiro ou em ambiente doméstico.

Ao Serviço de Defesa da Flora e da Fauna (SDFF) compete:

- ✓ Promover a pesquisa ecológica, o estudo da fauna e da flora e de outras formas de vegetação, do solo e da água, visando a preservação para o equilíbrio biológico dos recursos florestais e da fauna;
- ✓ Planejar, promover e supervisionar a criação e o funcionamento de Parques e Monumentos Nacionais, Refúgios e Reservas Biológicas, Florestas Protetoras e outras unidades destinadas à preservação dos recursos naturais;
- ✓ Planejar promover e controlar a defesa, a vigilância e a fiscalização das florestas das demais formas de vegetação, dos animais silvestres e de outros produtos naturais orientando e disciplinando, através dos Códigos Florestais e dos animais silvestres;
- ✓ Planejar a campanha de educação florestal e conservacionista dos recursos naturais e promover sua execução em colaboração com o Serviço de Informação Agrícola;
- ✓ Colaborar na fiscalização das expedições, nacionais ou não, organizadas para estudo da natureza do país.

Seção de Investigações (SEINV) compete:

- ✓ Planejar e realizar pesquisas e estudos, visando conhecimentos científicos sobre a flora, a fauna, os solo e as águas necessários à sua conservação dentro do equilíbrio biológico;

- ✓ Estudar nas diversas regiões do país, a flora, a fauna indígena, suas relações mútuas e reações do meio físico;
- ✓ Efetuar estudos e pesquisas referentes à importância dos vegetais na fixação das dunas e areias movediças;
- ✓ Proceder a estudos relativos aos produtos da natureza necessários à alimentação dos silvestres;
- ✓ Realizar estudos referentes à flora e à aquáticas e suas relações recíprocas;
- ✓ Investigar as causas de poluição das águas fluviais e lacustres e os meios de evitá-la;
- ✓ Proceder a estudos e pesquisas relativas a procriação dos peixes e animais silvestres;
- ✓ Determinar quais as espécies de animais silvestres que devem ser consideradas nocivas;
- ✓ Apresentar planos que permitam melhor proteção, preservação e combate à erosão das terras florestais;
- ✓ Propor medidas tendentes à melhor proteção dos mananciais que tenham importância vital na economia dos Municípios, dos Estados e da União;
- ✓ Estudar as condições, para criação de Parques, Refúgios e Reservas Biológicas, escolhendo locais cujas peculiaridades aconselhem sua criação;
- ✓ Estudar providências visando à preservação dos animais e plantas das Reservas Biológicas, ameaçados de extinção;
- ✓ Promover intercâmbio científico com instituições congêneres, nacionais ou estrangeiras;
- ✓ Enviar ao Jardim Botânico material para estudo, coletado nas várias regiões do país, bem como os resultados dos estudos ecológicos realizados.

À Seção de Parques Nacionais (SEPAR) compete:

- ✓ Estudar e propor melhoramentos no sistema de Parques Nacionais;
- ✓ Promover as medidas necessárias à incorporação e legalização de áreas dos Parques Nacionais;
- ✓ Estudar em colaboração com a Seção de Investigações, os projetos que possam modificar o conjunto paisagístico existente nos Parques Nacionais;
- ✓ Manter documentários informativos sobre as atividades dos Parques Nacionais;
- ✓ Emitir parecer conclusivo nos programas de trabalhos elaborados pelos Parques Nacionais, promovendo seu melhor conhecimento e incentivando o turismo;
- ✓ Realizar a propaganda dos Parques Nacionais, promovendo seu melhor conhecimento e incentivando o turismo;
- ✓ Orientar, coordenar e fiscalizar as atividades de recreação nos Parques Nacionais;
- ✓ Elaborar a tabela de taxas a serem cobradas para visitação e utilização das instalações dos Parques Nacionais;
- ✓ Aprovar programas turísticos, visando ao desenvolvimento da educação, estudos e recreação nos Parques Nacionais;
- ✓ Confeccionar boletins, folhetos e cartazes que indiquem as belezas naturais e os atrativos turísticos dos Parques Nacionais, incluindo dados relativos a transportes, preços de alojamentos, alimentação e outros informes.

À Seção de Proteção da Natureza (SENAT) compete:

- ✓ Baixar normas, visando à proteção das Reservas Biológicas, de modo a perpetuar a fauna, flora, solos e águas;

- ✓ Promover estudos pela Seção de Investigações, relativos aos problemas de repovoamento, com ênfase às espécies em vias de desaparecimento nas Reservas Biológicas;
- ✓ Promover intercâmbio entre pesquisadores e técnicos, visando ao melhor conhecimento das Reservas Biológicas e de seus problemas peculiares;
- ✓ Promover a formação de mentalidade, florestal e de conservação da natureza, através de concursos de diferentes níveis, propaganda de meios de preservação da flora e da fauna silvestres; realização de palestras, mesas redondas e áudio visão sobre assuntos florestais e de proteção aos recursos naturais, bem como exposições, em colaboração com as escolas e instituições oficiais e particulares, visando ao ensino de meios de proteção da flora e da fauna;
- ✓ Baixar normas para combater ao incêndio.

À Seção de Defesa e Vigilância (SEDEV) compete:

- ✓ Observar e fazer cumprir as leis regulamentos e demais disposições legais relativas à proteção a flora e da fauna, em todo o território nacional, baixando as normas e instruções necessárias;
- ✓ Planejar e executar processos de defesa da flora e da fauna silvestre;
- ✓ Localizar, prevenir e combater os incêndios nas florestas, investigando suas causas e responsáveis;
- ✓ Promover a fiscalização do comércio de animais e plantas silvestres, seus produtos e subprodutos;
- ✓ Disciplinar e exercer a vigilância do exercício da caça e da pesca fluvial e lacustre;
- ✓ Promover os registros e as expedições de licenças para caçadores, comerciantes e coletoras de animais e plantas silvestres;
- ✓ Promover a expedição ou conceder guias de trânsito para animais, produtos florestais e subprodutos;
- ✓ Fazer observar as épocas em que a caça é permitida;
- ✓ Fiscalizar a arrecadação das taxas e multas devidas;
- ✓ Orientar e coordenar as atividades de proteção florestal;
- ✓ Propor normas e instruções tendentes a melhorar o sistema de policiamento florestal;

Ao Jardim Botânico (JB) compete:

- ✓ Realizar estudos e pesquisas nos vários setores da Botânica.
- ✓ Estudar a vegetação do país, sua distribuição e suas formas típicas, bem como suas relações com o meio, colaborando, para tanto, com a Divisão de Silvicultura e o Serviço de Defesa da Flora e da Fauna;
- ✓ Estudar o comportamento e a biologia de espécies indígenas;
- ✓ Promover observações referentes a plantas introduzidas que sejam de valor econômico ou não;
- ✓ Estudar a morfologia e a subestrutura dos vegetais, especialmente da flora brasileira;
- ✓ Estudar a biologia e a sistemática das plantas, visando a identificar sua potencialidade em função de usos indicados;
- ✓ Colaborar com outras instituições e estabelecimentos congêneres de pesquisas, ensino e treinamento, visando ao conhecimento da Botânica, bem como à formação de pessoal especializado;
- ✓ Organizar e manter arbóreos e coleções de plantas para fins de estudos, pesquisas e divulgação;

- ✓ Manter mapoteca, fofoteca, carpoteca, xiloteca, visando à organização do museu botânico;
- ✓ Manter estações de biologia vegetal, para fins de pesquisas puros e aplicados;
- ✓ Levantar e elaborar o mapa botânico do País;
- ✓ Manter biblioteca especializada em botânica e publicar estudos em boletins, arquivos e monografias.

À Seção de Botânica Geral (SEBOT) compete:

- ✓ Estudar a anatomia e citologia das plantas, preferencialmente indígenas;
- ✓ Efetuar a identificação microscópica de espécies vegetais, mantendo, para tal fim, coleção de amostras de madeiras e preparações histológicas;
- ✓ Realizar, em cooperação com os serviço de geologia, o estudo anatômico dos vegetais fósseis do Brasil;
- ✓ Promover e orientar a coleta de material botânico, inclusive de amostras de madeiras para seus trabalhos;

À Seção de Botânica Sistemática (SEBOS) compete:

- ✓ Estudar as características morfológicas e a distribuição geográfica dos representantes da flora indígena;
- ✓ Determinar os tipos-padrões de vegetação no Brasil e proceder a seu estudo;
- ✓ Efetuar a identificação botânica dos espécimes brasileiros;
- ✓ Promover o orientar a coleta de material botânico necessário às várias atividades do Jardim Botânico;
- ✓ Organizar e manter os registros do material do herbário;
- ✓ Promover o intercâmbio de "exsicata", com as instituições congêneres.

À Seção de Microscopia Eletrônica (SEMIE) compete estudar a subestrutura dos vegetais e realizar outras pesquisas que envolvam a utilização de equipamento eletrônico, com ênfase ao estudo da subestrutura do protoplasma e da parede celular.

À Seção de Geobotânica (SEGEO) compete executar os seguintes serviços de colaboração com a Seção de Investigação do SDF:

- ✓ Estudar a fisiologia e a ecologia das plantas;
- ✓ Apreciar as condições ecológicas próprias dos tipos brasileiros de vegetação;
- ✓ Investigar as peculiaridades fisiológicas das plantas indígenas dignas de interesse;
- ✓ Promover e orientar a coleta do material necessário às suas investigações.

A Administração do Jardim (ADJAR) compete:

- ✓ Organizar e manter, dentro da área cultivada do Jardim Botânico, coleções de plantas úteis medicinais, agrícolas ou industriais, com finalidade didática;
- ✓ Zelar pelas coleções de plantas vivas, realizando os trabalhos indispensáveis à sua conservação;
- ✓ Manter atualizado o fichário de plantas das coleções vivas;
- ✓ Cooperar estreitamente com a Diretoria do Jardim Botânico na elaboração de planos de remodelação ou melhoramento do arboreto;
- ✓ Manter viveiros e estufins, bem como serviço regular de coleta e conservação de sementes, para reprodução e permuta com institutos congêneres ou particulares;
- ✓ Diligência a obtenção, inclusive por compra, de sementes e plantas vivas, para cultura e aclimação no arboreto;

- ✓ Preparar o “*index seminum*”
- ✓ Executar todos os serviços de jardinagem e paisagística na área do Jardim Botânico;
- ✓ Preparar e fazer embalar as plantas destinadas à permuta;
- ✓ Orientar os visitantes, principalmente **num** professores, fornecendo-lhe os informes relativos às plantas e coleções mantidas pelo Jardim Botânico;
- ✓ Providenciar a conservação e reparos dos prédios e benfeitorias existentes na área do Jardim Botânico;
- ✓ Organizar exposições de plantas na área do Jardim Botânico, a critério do Diretor, bem como promover a representação do Jardim Botânico em certames promovidos por outras entidades;
- ✓ Superintender os serviços de guarda e portaria externa do Jardim Botânico;
- ✓ Preparar coleções de material botânico para as escolas que as solicitarem;
- ✓ Zelar pelo perfeito funcionamento das instalações elétrica, hidráulicas, telefônicas e de gás dos prédios na área do JB;
- ✓ Manter oficinas para execução dos trabalhos de manutenção e conservação;

Além das atribuições previstas nos artigos anteriores compete, ainda, às Seções Técnicas do Jardim Botânico:

- ✓ Dar a conhecer, através de trabalhos científicos destinados a publicação, o resultado das pesquisas e estudos realizados por seus técnicos;
- ✓ Divulgar conhecimentos referentes às ciências botânicas e suas aplicações, por meio de trabalhos de natureza técnica ou didática;
- ✓ Colaborar nas atividades educacionais do Jardim Botânico, cumprindo as tarefas que lhes forem cometidas pela Diretoria.

Às Bibliotecas do DRNR e JB compete:

- ✓ Registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar obras de interesse do órgão a que estiverem subordinadas;
- ✓ Promover a utilização das obras existentes na biblioteca;
- ✓ Orientar o leitor no uso da biblioteca e auxiliá-lo nas pesquisas bibliográficas;
- ✓ Preparar bibliografias sobre especialidades florestais ou botânicas, atendendo a determinação da autoridade a que estiverem subordinadas;
- ✓ Providenciar a aquisição de obras técnicas e revistas, sugeridas pelos chefes das Seções especializadas;
- ✓ Fomentar o intercâmbio bibliográfico com instituições científicas do Brasil e do exterior;
- ✓ Promover a remessa regular das publicações do órgão a que estiverem subordinados;
- ✓ Manter arquivos de plantas, projetos, desenhos, fotografias, memoriais descritivos, relatórios e outros elementos técnicos relacionados com as atividades do órgão a que estiverem subordinados.

À Seção de Administração (SA-DRNR) compete:

- ✓ Elaborar o expediente administrativo do DRNR;
- ✓ Organizar e apresentar em épocas próprias, as requisições de material a ser adquirido pelo Departamento Federal de Compras;
- ✓ Atestar as faturas referentes à aquisição do material adquiridos;
- ✓ Registrar e providenciar a distribuição do material adquirido;

- ✓ Organizar o mapa mensal de entrada e saída do material, discriminando custo, procedência destino e saldo existente;
- ✓ Manter controle, através do Almoxarifado, do estoque mínimo de material de uso mais freqüente;
- ✓ Providenciar o conserto e a conservação do material em uso ou sob sua responsabilidade;
- ✓ Propor a troca, cessão, ou venda do material considerado em desuso, bem como a baixa de responsabilidade do mesmo;
- ✓ Realizar o inventário anual dos bens móveis;
- ✓ Manter o cadastro dos imóveis do DRNR;
- ✓ Autorizar a entrega pelo almoxarifado do material em estoque;
- ✓ Preparar a proposta orçamentária do DRNR, dentro de programas aprovados, em perfeita harmonia com as normas e instruções expedidas pelo órgão competente e de acordo com os órgãos centrais do Departamento.
- ✓ Elaborar as tabelas de distribuição dos créditos orçamentários e adicionais atribuídos ao DRNR;
- ✓ Examinar e organizar os processos de comprovação de adiantamentos e suprimentos concedidos a funcionários da Diretoria Geral do Departamento;
- ✓ Escriturar os créditos orçamentários e adicionais concedidos ao DRNR;
- ✓ Providenciar a remessa aos órgãos competentes da freqüência dos funcionários;
- ✓ Orientar e fiscalizar a aplicação pelos órgãos integrantes do DRNR, da legislação relativa a pessoal material e orçamento e das normas e instruções baixadas pelo Departamento de Administração.

À Turma de Comunicações (TCDRNR) compete:

- ✓ Receber, registrar, distribuir, numerar, expedir e guardar a correspondência oficial e papéis relativos às atividades do DRNR;
- ✓ Atender ao público em seus pedidos de informações bem como orientá-lo no modo de apresentar suas solicitações, sugestões ou reclamações;
- ✓ Expedir certidões, exceto as relativas a tempo de serviço prestado ao DRNR;
- ✓ Providenciar a publicação no *Diário Oficial* de expediente do DRNR.

Às Turmas de Administração compete:

- ✓ Articular-se com a SA-DRNR, no que disser respeito aos trabalhos dos órgãos a que pertençam;
- ✓ Executar os trabalhos dactilográficos e mimeográficos, ou outros, da respectiva repartição;
- ✓ Organizar os processos de prestação de contas de suprimentos e adiantamentos concedidos a funcionários da respectiva repartição;
- ✓ Realizar e organizar o inventário anual dos bens móveis;
- ✓ Organizar e expedir os boletins de freqüência dos funcionários;
- ✓ Elaborar o expediente dos órgãos a que pertençam, referente a pessoal, orçamento e material.

Às Agências do DRNR (ARNAR) diretamente subordinadas ao Diretor-Geral do Departamento, compete:

- ✓ Executar na sua área de ação e de conformidade com as instruções do Diretor-Geral do DRNR, todos os trabalhos relativos ao fomento florestal;

- ✓ Realizar os inquéritos, estudos e pesquisas locais que lhes forem solicitados pelos órgãos centrais do DRNR;
- ✓ Executar, promover e coordenar os trabalhos decorrentes de acordos, convênios ou outro qualquer tipo de entendimento que se refiram às atividades que lhe são pertinentes;
- ✓ Fornecer aos órgãos técnicos integrantes do DRNR, além das informações relativas aos serviços executados pela Agência, quaisquer outros dados de interesse do Departamento e que possam servir de elemento para estudo;
- ✓ Supervisionar os trabalhos dos Postos Florestais Permanentes, Reservas e Refúgios Biológicos, Reservas Florestais, Monumentos Naturais, Estações Florestais de Experimentação e Parques Nacionais, obedecendo à orientação técnica dos órgãos centrais do DRNR;
- ✓ Providenciar o cadastro das propriedades da União administradas pelo DRNR, em colaboração com o Delegado Estadual do Serviço de Patrimônio da União;
- ✓ Providenciar, através dos Postos Florestais Permanentes, o plantio de essências florestais ou exóticas, nas zonas sob sua jurisdição;
- ✓ Manter depósito de sementes sementeiras, ripados e viveiros para a produção e venda de sementes e mudas;
- ✓ Ajudar as entidades públicas e particulares na arborização de ruas, praças, estradas e cooperar na formação de bosques;
- ✓ Orientar os lavradores no florestamento e reflorestamento e exploração florestal de suas propriedades;
- ✓ Manter talhões de essências florestais para produção de sementes e para servirem de orientação técnica aos lavradores locais;
- ✓ Verificar o plantio das mudas distribuídas ou vendidas.

Aos Parques Nacionais (PARNA), subordinados ao SDFP, compete:

- ✓ Efetuar estudos e trabalhos concernentes às ciências naturais de interesse do Parque e da região, aceitando a colaboração de instituições privadas;
- ✓ Conservar para fins científicos, educativos e estéticos, a flora, fauna e geologia existentes nas áreas sob a sua jurisdição, cumprindo as determinações baixadas pela Seção de Parques;
- ✓ Propor as alterações que modifiquem o aspecto da natureza, julgadas absolutamente necessárias ao desenvolvimento normal dos Parques;
- ✓ Manter uma guarda florestal para assegurar condições de proteção da natureza;
- ✓ Promover a instalação de hotéis, alojamentos para uso de excursionistas, turistas e funcionários e exercer sobre a mesma fiscalização;
- ✓ Elaborar tabelas de preços para utilização das instalações dos Parques Nacionais e fiscalizar a arrecadação resultante da mesma;
- ✓ Propor a forma de exploração comercial de restaurantes, hotéis, abrigos, pousadas e acampamentos construídos em áreas dos Parques;
- ✓ Manter museus referentes aos recursos naturais encontrados nos Parques;
- ✓ Manter áreas destinadas à recreação e acampamentos, nos pontos mais pitorescos dos Parques.

As Estações Florestais de Experimentação (EFLEX) compete:

- ✓ Orientar os trabalhos de florestamento, reflorestamento e exploração nacional das florestas existentes na região;

- ✓ Produzir mudas de essências florestais para o atendimento de interessados;
- ✓ Coordenar, orientar e fiscalizar as atividades das pequenas áreas de experimentação estabelecidas pela Seção de Pesquisas Florestais;
- ✓ Estudar as espécies florestais a serem empregadas para a formação de florestas de rendimento e produção;
- ✓ Estudar o comportamento das essências florestais em função dos fatores edáficos, climáticos e bióticos da região, bem como a influência da floresta sobre o meio;
- ✓ Determinar as épocas de colheita de sementes e calcular a sua produção;
- ✓ Estudar os métodos racionais de florestamento e reflorestamento, compreendendo: preparação do solo e técnica de plantio;
- ✓ Efetuar trabalhos de seleção de sementes, germinação, secagem, conservação e percentagem de umidade;
- ✓ Estudar os métodos mais indicados para limpeza, desbaste nas florestais e os melhores sistemas de abertura de veredas, caminhos e estradas;
- ✓ Organizar um cadastro das essências florestais indígenas e exóticas, cultivadas na região;
- ✓ Estudar os agentes biológicos prejudiciais ou benéficos às essências florestais;
- ✓ Estudar o controle da vegetação prejudicial à vida das florestas;
- ✓ Determinar os períodos críticos dos incêndios florestais e as zonas de maior ocorrência na região;
- ✓ Determinar as causas dos incêndios florestais estudando os métodos de sua prevenção e os meios mais eficientes para seu combate;
- ✓ Realizar os estudos e experimentações que lhe forem determinados pelos órgãos centrais do DRNR.

Ao Refúgio Biológico de Soeretama e Linhares (REBIO), no Estado do Espírito Santo, diretamente subordinado ao S.D.F.F., compete:

- ✓ Zelar pela preservação da fauna, da flora e formação geológica típica da zona;
- ✓ Colaborar nos estudos sobre criação de animais silvestres;
- ✓ Colaborar no estudo de doenças das espécies das faunas aquática, semi-aquática e terrestre, e os respectivos métodos de profilaxia e combate às mesmas;
- ✓ Estudar a reprodução das espécies das faunas aquática, semi-aquática e terrestre;
- ✓ Realizar estudos de caráter ecológico em relação às espécies das faunas aquáticas, semi-aquática e terrestre;
- ✓ Colaborar no estudo da biologia das espécies da flora no que interessar às faunas aquática, semi-aquática e terrestre;
- ✓ Organizar, instalar e manter viveiros para espécies botânicas cujos frutos constituam alimento das espécies das faunas aquática, semi-aquática e terrestre;
- ✓ Vedar a introdução de espécies animais estranhos à região, e subordinar a introdução de espécies botânicas estranhas à mesma, à autorização do Diretor do SDFE;
- ✓ Organizar coleções representativas da fauna da região.